ANO V V. 113

LEGIS SEMAS

BOLETIM DE INFORMAÇÕES LEGISLATIVAS

27/11/2023 A 18/12/2023





APRESENTAÇÃO

O Legis Semas é um projeto de comunicação social de iniciativa do Núcleo de Estudos Legislativos (NEL) da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará (SEMAS), que tem a responsabilidade institucional de divulgar, periodicamente, as mais recentes e relevantes normas publicadas e alteradas no trato das matérias ambientais, administrativas e outras de interesse da Secretaria, com o objetivo de fornecer maior visibilidade e acesso às informações legislativas de âmbito estadual e federal. Além disto, visa comunicar cursos, seminários e eventos que estão ocorrendo no período de cada edição e, ainda, indicar e-books, filmes, documentários, livros e outras publicações disponíveis, sempre de forma gratuita, em busca da transmissão de conhecimentos e acesso à informação, alinhado ao objetivo 16, dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU).

SOBRE O NEL

O Núcleo de Estudos Legislativos (NEL) é responsável por desenvolver pesquisa para analisar e/ou elaborar minutas de normas a fim de subsidiar a atuação da SEMAS, do Conselho Estadual de Meio Ambiente e do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, inserir e atualizar as normas no endereço eletrônico da SEMAS, emitir manifestação técnica legislativa dos atos normativos da SEMAS e de outros órgãos da administração direta e indireta, atender o público interno e externo sobre demandas legislativas, revisar atos normativos de competência da SEMAS e divulgar as mais recentes e relevantes normas publicadas, além de alterações legislativas ambientais e administrativas por meio de informativo periódico.



Este informativo está alinhado com os objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU, bem como forma de promover o acesso público a informação.

PAZ, JUSTIÇA E
INSTITUIÇÕES EFICAZES

INFORMATIVO DESENVOLVIDO PELO NÚCLEO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS DA SEMAS

A equipe do NEL é composta pelos seguintes servidores:
Rebeca Monteiro Reitz - Consultora jurídica e Coordenadora;
Andressa Dourado R. S. de Carvalho - Advogada;
Camila Oliveira N. Veloso - Técnica em Gestão Pública/Administração;
Daniela da Silva e Silva - Técnico em Gestão de Meio Ambiente/Pedagoga;
Kellyn Caroline Pacheco Corrêa - Assistente Admistrativa;
Abraão Lucio Feitosa Amaral - Estagiário de Direito;
Bernardo Coimbra Coelho de Assis - Estagiário de Direito; e
Maria Luiza Vianna Ferreira - Estagiária de Direito

PERIODICIDADE: QUINZENAL

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade do NEL/SEMAS-PA.

Revisão:Rebeca Reitz e Camila Veloso
Projeto Visual e Diagramação: NEL/SEMAS
Fotos: Agência Pará
Apoio: ASCOM/SEMAS; Biblioteca/SEMAS

TERMOS DE USO

Este informativo pode ser compartilhada e citada, na íntegra ou em partes, desde que creditada apropriadamente.

CONTATO

Email: nel@semas.pa.gov.br
www.semas.pa.gov.br
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade
Travessa Lomas Valentinas, nº 2717, CEP: 66093-677. Belém/Pará

SECRETARIA DE
MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

GOVERNO DO
PARÁ

ÍNDICE

CARTA AO LEITOR	04
NORMAS FEDERAIS	06
NORMAS ESTADUAIS	20
NORMAS MUNICIPAIS	27
NORMA EM DESTAQUE	28
INFORME LEGISLATIVO	33
FIQUE DE OLHO	35
ESTANTE VIRTUAL	36
SEMAS NA MÍDIA	37



ATUALIZADO EM 18/12/2023

NÚCLEO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS
SEMAS - PA

CARTA AO LEITOR

Nesta edição 113ª do LEGIS SEMAS, destaca-se, em âmbito federal, a publicação do **DECRETO Nº 11.815, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2023**, que institui o Programa Nacional de Conversão de Pastagens Degradadas em Sistemas de Produção Agropecuários e Florestais Sustentáveis e o seu Comitê Gestor Interministerial. Destaca-se também a publicação da **RESOLUÇÃO Nº 11, DE 1º DE JUNHO DE 2023**, que dispõe sobre o funcionamento do Sistema de Proteção da Amazônia - Sipam.

No que se refere às publicações em âmbito estadual, ressalta-se a da **LEI Nº 10.259, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2023**, que institui a Unidade de Recuperação da Vegetação Nativa no Estado do Pará, e a publicação do **DECRETO Nº 3.552, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2023**, que institui o Plano Estadual de Recuperação da Vegetação Nativa do Pará (PRVN-PA). Normativas que foram apresentadas na COP-28, em Dubai, e são de grande relevância na gestão ambiental estadual.

No município, o destaque foi a publicação da **LEI Nº 9.969 DE 20 DE NOVEMBRO DE 2023**, que dispõe sobre a Criação da Coordenadoria Antirracista de Belém - COANT e altera a denominação do Conselho Municipal do Negro e da Negra para Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial - Conselho Municipal do Negro e da Negra, criado pela Lei n.º 8.355, de 04 de agosto de 2004, e dá outras providências.

Na seção "Norma em Destaque", apresemta-se a divulgação da **LEI Nº 10.259, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2023**, que institui a Unidade de Recuperação da Vegetação Nativa no Estado do Pará, que foi enviada por aplicativos de mensagem instantânea aos servidores e gestores da SEMAS e divulgada nas mídias sociais, visando a ampla divulgação e acesso à informação.

Outra ferramenta utilizada neste processo de acesso à informação, pleo Núcleo de Estudos Legislativos da SEMAS, é o "Informe Legislativo", que no período desta edição, comunicou, a publicação de 08 normas ambientais editadas pelo NEL, dentre elas, três Leis, três Decretos e duas Portarias.

No "Fique de Olho", sugere-se o Curso de Direito Ambiental: Áreas de Preservação e Reserva Legal. O evento é promovido pela UNOVA Cursos e é totalmente gratuito e possui carga horária de 20 horas.

Na “Estante Virtual”, recomenda-se a leitura do livro “O Direito a Gerir Florestas“ do escritor Caio Brilhante Gomes, advogado, atuante nas áreas do Direito Ambiental, Minerário e ESG, e atua como Presidente da Comissão de Assuntos Minerários da OAB no estado do Pará (no triênio 2022 -2024). O exemplar pode ser adquirido no site da editora Lumen Juris.

Na seção "SEMAS na Mídia", ressalta-se a matéria sobre a participação da SEMAS na COP 28, em que o secretário Mauro O’de Almeida teve a oportunidade de apresentar políticas públicas ambientais do Governo do Pará, como, o panoramo do primeiro ano de implementação do Plano de Bioeconomia, pioneiro no Brasil.

Por fim, vale lembrar que o mês de dezembro é marcado pela campanha **“dezembro vermelho”**, instituída pela Lei nº 13.504/2017 e marcado por mobilização nacional na luta contra o vírus HIV, a Aids e outras IST (infecções sexualmente transmissíveis), trazendo a conscientização para a prevenção, a assistência e a proteção dos direitos das pessoas infectadas com o HIV. Confira mais informações na biblioteca virtual de saúde, do Ministério da Saúde, acessando a área de temas: **DST e AIDS**.

Aproveitamos a oportunidade para desejas Boas Festas a todos os leitores, com o desejo de renovação da parceria no trabalho com NEL no próximo ano!

Boa Leitura!

Equipe Nel



MONITORAMENTO DE PUBLICAÇÕES DO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

FONTE: HTTPS://WWW.IN.GOV.BR/LEITURAJORNAL

NORMAS FEDERAIS



LEI COMPLEMENTAR Nº 202, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023. Altera a Lei Complementar nº 195, de 8 de julho de 2022 (Lei Paulo Gustavo), para prorrogar até 31 de dezembro de 2024 o prazo de execução dos recursos por Estados, Distrito Federal e Municípios.

LEI COMPLEMENTAR Nº 203, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023. Dispõe sobre as despesas voltadas a programa de incentivo à permanência de estudantes no ensino médio.

LEI Nº 14.736, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2023. Altera a Lei nº 11.520, de 18 de setembro de 2007, para modificar o valor da pensão especial concedida às pessoas com hanseníase submetidas compulsoriamente a isolamento ou a internação e conceder o benefício aos seus filhos, na forma que especifica.

LEI Nº 14.737, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2023. Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para ampliar o direito da mulher de ter acompanhante nos atendimentos realizados em serviços de saúde públicos e privados.

LEI Nº 14.740, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2023. Dispõe sobre a autorregularização incentivada de tributos administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda.

LEI Nº 14.747, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2023. Institui o mês de setembro como o Mês de Conscientização sobre as Doenças Cardiovasculares.

LEI Nº 14.748, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2023. Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, a fim de dispor sobre o prazo para a elaboração do Plano de Mobilidade Urbana pelos Municípios.

LEI Nº 14.750, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2023. Altera as Leis nºs 12.608, de 10 de abril de 2012, e 12.340, de 1º de dezembro de 2010, para aprimorar os instrumentos de prevenção de acidentes ou desastres e de recuperação de áreas por eles atingidas, as ações de monitoramento de riscos de acidentes ou desastres e a produção de alertas antecipados.

LEI Nº 14.753, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2023. Altera a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, para fixar novo prazo para a aprovação de projetos beneficiados com incentivos fiscais de redução e reinvestimento do imposto sobre a renda e adicionais nas áreas de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam).

LEI Nº 14.755, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023. Institui a Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB); discrimina os direitos das Populações Atingidas por Barragens (PAB); prevê o Programa de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PDPAB); estabelece regras de responsabilidade social do empreendedor; e revoga dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei n º 5.452, de 1º de maio de 1943.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.198, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2023. Institui poupança de incentivo à permanência e conclusão escolar para estudantes do ensino médio.

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade
Travessa Lomas Valentinas, 2717, CEP: 66093-677. Belém/Pará

NORMAS FEDERAIS



MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.199, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2023. Altera a Lei nº 14.690, de 3 de outubro de 2023, para prorrogar a duração do Programa Emergencial de Renegociação de Dívidas de Pessoas Físicas Inadimplentes - Desenrola Brasil - Faixa 1.

DECRETO Nº 11.797, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2023. Dispõe sobre o Serviço de Identificação do Cidadão e sobre a governança da identificação das pessoas naturais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, institui a Câmara-Executiva Federal de Identificação do Cidadão - Cefic.

DECRETO Nº 11.799, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2023. Promulga o Acordo sobre Transportes Marítimos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Socialista do Vietnã, firmado em Hanói, em 11 de setembro de 2017.

DECRETO Nº 11.802, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2023. Regulamenta o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, instituído pela Lei nº 14.628, de 20 de julho de 2023.

DECRETO Nº 11.806, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2023. Dispõe sobre a qualificação das Florestas Nacionais do Jamanxim e do Trairão, localizadas no Estado do Pará, no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República

DECRETO Nº 11.808, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2023. Altera o Decreto nº 11.704, de 14 de setembro de 2023, que institui a Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

DECRETO Nº 11.810, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2023. Cria as Embaixadas do Brasil em Freetown, Kigali e Kingstown e o Consulado-Geral do Brasil em Luanda e altera o Decreto nº 71.733, de 18 de janeiro de 1973, e o Decreto nº 1.018, de 23 de dezembro de 1993.

DECRETO Nº 11.809, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2023. Promulga o Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados para o Estabelecimento e o Funcionamento de Escritório do ACNUR no Brasil, firmado em Brasília, em 19 de fevereiro de 2018.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 139, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2023 (*). Aprova o texto do Protocolo sobre privilégios e imunidades da Organização Europeia para a Pesquisa Nuclear, celebrado em Genebra, em 18 de março de 2004.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 140, 29 DE NOVEMBRO DE 2023 (*). Aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a Organização Europeia para a Pesquisa Nuclear (CERN) com relação à Concessão do Status de Membro Associado da CERN, celebrado em Genebra, em 3 de março de 2022.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 141, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2023 (*). Aprova o texto do Protocolo de Adesão do Estado Plurinacional da Bolívia ao Mercosul, celebrado em Brasília, em 17 de julho de 2015.

NORMAS FEDERAIS



DECRETO Nº 11.812, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2023. Dispõe sobre o pagamento do Auxílio Extraordinário destinado a pescadores e pescadoras profissionais artesanais beneficiários do Seguro-Desemprego do Pescador Artesanal - Seguro Defeso cadastrados em Municípios da Região Norte, de que trata a Medida Provisória nº 1.192, de 1º de novembro de 2023.

DECRETO Nº 11.815, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2023. Institui o Programa Nacional de Conversão de Pastagens Degradadas em Sistemas de Produção Agropecuários e Florestais Sustentáveis e o seu Comitê Gestor Interministerial.

DECRETO Nº 11.817, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2023. Promulga o Protocolo de Adesão do Estado Plurinacional da Bolívia ao Mercosul, firmado em Brasília, em 17 de julho de 2015.

DECRETO Nº 11.818, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2023. Institui Grupo de Trabalho Interinstitucional, no âmbito do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

DECRETO Nº 11.819, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2023. Regulamenta o disposto no inciso XX do **caput** do art. 2º da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, para vedar o emprego de materiais, estruturas, equipamentos e técnicas construtivas hostis nos espaços livres de uso público.

DECRETO Nº 11.820, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2023. Institui a Política Nacional de Abastecimento Alimentar e dispõe sobre o Plano Nacional de Abastecimento Alimentar.

DECRETO Nº 11.821, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2023. Dispõe sobre os princípios, os objetivos, os eixos estratégicos e as diretrizes que orientam as ações de promoção da alimentação adequada e saudável no ambiente escolar.

DECRETO Nº 11.822, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2023. Institui a Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional nas Cidades.

DECRETO Nº 11.827, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2023. Altera o Decreto nº 10.425, de 16 de julho de 2020, que dispõe sobre o Conselho de Participação em Fundos Garantidores de Risco de Crédito para Micro, Pequenas e Médias Empresas e sobre o Conselho de Participação em Operações de Crédito Educativo.

DECRETO Nº 11.831, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2023. Institui a Comissão Gestora do Sistema Integrado de Comércio Exterior.

DECRETO Nº 11.833, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023. Dispõe sobre o Conselho Nacional da Juventude.

RESOLUÇÃO CONSIPAM Nº 11, DE 1º DE JUNHO DE 2023. Dispõe sobre o funcionamento do Sistema de Proteção da Amazônia - Sipam

RESOLUÇÃO CNAS/MDS Nº 128, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2023. Reconhece a "Agenda de Lutas" da Conferência Nacional Democrática de Assistência Social.

RESOLUÇÃO CNAS/MDS Nº 131, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2023. Prorroga a vigência do Grupo de Trabalho instituído pela Resolução CNAS/MDS nº 111, de 25 de julho de 2023.

NORMAS FEDERAIS



RESOLUÇÃO CNAS/MDS Nº 130, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2023. Institui o Programa de Fortalecimento do Cadastro Único no Sistema Único da Assistência Social (PROCAD-SUAS) e dá outras providências.

RESOLUÇÃO CPPI Nº 288, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2023. Ratifica a Resolução nº 283, de 17 de agosto de 2023, a Resolução nº 284, de 24 de agosto de 2023, a Resolução nº 285, de 10 de outubro de 2023, a Resolução nº 286, de 16 de outubro de 2023 e a Resolução CPPI nº 287, de 16 de novembro de 2023.

RESOLUÇÃO MDA Nº 4, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2022. Estabelece as regras de implementação para a safra de 2023/2024, bem como o valor do benefício do Garantia-Safra de que trata o §1º do art. 8º da Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002.

RESOLUÇÃO CON/CONJUVE/SNJ/SG/PR Nº 14, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2023. Dispõe sobre a delegação das etapas temáticas da 4ª Conferência Nacional de Juventude

RESOLUÇÃO CON/CONJUVE/SNJ/SG/PR Nº 13, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2023. Dispõe sobre a classificação da delegação eleita pelas Etapas Temáticas.

RESOLUÇÃO INCRA Nº 87, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2023. Edição de Instrução Normativa para dispor sobre os procedimentos administrativos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA para o reconhecimento de projetos de assentamento de outras entidades governamentais, de unidades de conservação de uso sustentável e de território quilombola estadual ou municipal, para a inclusão de unidades agrícolas familiares no Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA.

RESOLUÇÃO CONJUNTA CNAS/MDS Nº 4, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2023. Dispõe sobre a instituição da Mesa Nacional de Negociação Permanente do Sistema Único de Assistência Social (MNNP-SUAS).

RESOLUÇÃO CNAS/MDS Nº 133, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2023. Dispõe sobre a viabilização da efetiva participação das trabalhadoras e trabalhadores do SUAS nas instâncias de controle social, nas esferas municipais, estaduais, distrital e nacional.

RESOLUÇÃO ANM Nº 145, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2023. Altera a Resolução ANM nº 122/2022, que dispõe sobre os procedimentos para apuração das infrações, sanções e os valores das multas aplicáveis em decorrência do não cumprimento das obrigações previstas na legislação do setor mineral.

RESOLUÇÃO MPU Nº 217, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2023. Institui o Núcleo de Proteção de Dados Pessoais do Trabalhador e da Trabalhadora - NPDados - e define os parâmetros para a sua atuação finalística na proteção de dados pessoais dos trabalhadores e das trabalhadoras.

RESOLUÇÃO INCRA Nº 93, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2023. Edição de Instrução Normativa, que visa regulamentar a concessão, acompanhamento, fiscalização e aplicação dos créditos de instalação das nas modalidades apoio inicial, fomento, fomento mulher, fomento jovem e semiárido.

NORMAS FEDERAIS



RESOLUÇÃO COFIEX Nº 80, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2023. Instituir sublimite específico anual para autorização da preparação de projetos ou programas de Estados, Distrito Federal e Municípios cujos recursos sejam integralmente destinados a financiar programas ou projetos ambientais ou climáticos.

RESOLUÇÃO ANA Nº 171, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2023. Dispõe sobre o Novo Programa Despoluição de Bacias Hidrográficas - PRODES.

RESOLUÇÃO INCRA Nº 97, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2023. Edição de Instrução Normativa, que dispõe sobre os procedimentos operacionais e administrativos para a concessão, acompanhamento e fiscalização das modalidades de Crédito Habitacional e Reforma Habitacional, regulamentados pelo Decreto nº 11.586/2023.

RESOLUÇÃO CODEFAT Nº 990, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2023. Dispõe sobre a execução de projeto de melhorias na rede de unidades de atendimento do Sistema Nacional de Emprego -Sine, denominado "Casa do Trabalhador".

RESOLUÇÃO CODEFAT Nº 993, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2023. Estabelecer o Calendário de Pagamento do Abono Salarial - exercício de 2024.

INSTRUÇÃO NORMATIVA IBAMA Nº 27, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2023. Altera a Instrução Normativa Ibama nº 22, de 22 de dezembro de 2021, que regulamenta o Relatório Anual de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais.

INSTRUÇÃO NORMATIVA INCRA Nº 137, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2023. Altera a Instrução Normativa nº 135, de 25 de outubro de 2023, publicada no Diário Oficial da União, Edição nº 213, Seção 1, Página 23, do dia 09 de novembro de 2023.

INSTRUÇÃO NORMATIVA MCID Nº 41, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2023. Altera a Instrução Normativa nº 39, de 29 de novembro de 2022, que dispõe sobre o Orçamento Operacional do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), referente à área de Infraestrutura Urbana, especificamente do Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana (Pró-Transporte), para o exercício de 2023, a Instrução Normativa nº 40, de 29 de novembro de 2022, que dispõe sobre o Orçamento Operacional do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), referente à área de Habitação, para o exercício de 2023, a Instrução Normativa nº 41, de 29 de novembro de 2022, que dispõe sobre o Orçamento Operacional do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), referente à área de Infraestrutura Urbana, especificamente do Programa de Desenvolvimento Urbano (PróCidades), para o exercício de 2023, e a Instrução Normativa nº 43, de 1º de dezembro de 2022, que dispõe sobre o orçamento operacional do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), referente à área de Saneamento Básico, para o exercício 2023, todas do Ministério do Desenvolvimento Regional.

NORMAS FEDERAIS



INSTRUÇÃO NORMATIVA INCRA Nº 138, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2023. Dispõe sobre procedimentos operacionais e administrativos para a concessão, aplicação, acompanhamento e prestação de contas do Crédito de Instalação nas modalidades produtivas Apoio, Fomento, Fomento Mulher, Fomento Jovem e Semiárido, instituídas nos incisos I, II, III, IV e V do Art. 2º do Decreto nº 11.586/2023.

INSTRUÇÃO NORMATIVA INCRA Nº 139, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2023. Dispõe sobre os procedimentos operacionais e administrativos para a concessão, acompanhamento e fiscalização das modalidades de Crédito Habitacional e Reforma Habitacional, regulamentados pelo Decreto nº 11.586/2023.

INSTRUÇÃO NORMATIVA IBAMA Nº 28, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2023. Altera a Instrução Normativa Nº 23, de 26 de dezembro de 2022, que regulamenta o controle das emissões corporativas e a gestão de créditos de emissão de poluentes da fase PROCONVE L8, em conformidade com os arts. 4º e 26 da Resolução CONAMA Nº 492, de 2018.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 33/SENARC/MDS, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2023. Estabelece os procedimentos da gestão de benefícios do Programa Bolsa Família a partir das repercussões de pendência no registro de pessoas inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), relacionadas à situação no Cadastro de Pessoa Física (CPF), conforme previsto pela Portaria MDS nº 897, de 07 de julho de 2023.

PORTARIA ICMBIO Nº 4.064, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2023. Estabelece competências, orientações, critérios e procedimentos gerais relacionados ao Time Volante de Instrução Processual e Julgamento em 1ª Instância de Autos de Infração - EIJAI no âmbito do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio (processo nº 02070.002413/2022-44).

PORTARIA NORMATIVA Nº 51/PGF/AGU, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2023. Regulamenta a Portaria Normativa AGU nº 90, de 8 de maio de 2023, que "Regulamenta o art. 1º-A da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, e o art. 19-D da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, para autorizar no âmbito da cobrança e recuperação de créditos da União, das autarquias e fundações públicas federais, as medidas que enumera, e dá outras providências".

PORTARIA INCRA Nº 212, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2023. Alteração da modalidade do Projeto de Assentamento Florestal - PAF para Projeto de Assentamento Federal - PA, do PAF Recanto

PORTARIA INCRA Nº 216, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2023. Alteração da modalidade do Projeto de Desenvolvimento Sustentável - PDS para Projeto de Assentamento Federal - PA, do PDS Floresta

PORTARIA ICMBio Nº 2, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2023. Proposta de revisão da Orientação Jurídica Normativa - OJN PFE/ICMBio nº 07/2011.

NORMAS FEDERAIS



PORTARIA ICMBio Nº 3, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2023. Proposta de revisão da Orientação Jurídica Normativa - OJN PFE/ICMBio nº nº 04/2011.

PORTARIA GM/MS Nº 1.925, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2023. Institui, no âmbito do Ministério da Saúde, Grupo de Trabalho, para elaboração do Plano Estratégico para Medidas de Atenção, Vigilância e Promoção Integral à Saúde das Populações Expostas e Potencialmente Expostas ao Mercúrio.

PORTARIA MCID Nº 1.481, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2023. Altera a Portaria nº 1.005, de 25 de maio de 2021, do Ministério do Desenvolvimento Regional, para dispor sobre os procedimentos para enquadramento de beneficiários das operações do Programa de Regularização Fundiária e Melhoria Habitacional.

PORTARIA MEC Nº 147, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2023. Regulamentar a instituição do Núcleo de Educação, Cultura, Inclusão, Meio Ambiente e Diversidade em Direitos Humanos no âmbito da Fundação Joaquim Nabuco que passará a vigorar considerando-se o anexo I desta portaria.

PORTARIA MMA Nº 241, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2023. Institui a Orientação Técnica Normativa sobre classificação de produtos remediadores registráveis junto ao Ibama.

PORTARIA MINC Nº 95, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2023. Institui o título de "Embaixador da Cultura Brasileira", que visa fortalecer e apoiar as ações da política nacional de cultura e das artes.

PORTARIA GM/MS Nº 1.985, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2023. Autoriza o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos financeiros de capital destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

PORTARIA SENASP/MJSP Nº 550, DE 24 NOVEMBRO DE 2023. Institui a Comissão de Análise de Habilitação e Seleção de Propostas referentes ao Edital nº 48/2023, para a construção e equipagem de Centros Comunitários pela Vida - CONVIVE, no âmbito da Secretaria Nacional de Segurança Pública.

PORTARIA PRES/INSS Nº 1.634, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2023. Institui o Laboratório de Inovação.

PORTARIA MEC Nº 36, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2023. Altera a Portaria SESu nº 9, de 9 de maio de 2023, que dispõe sobre a oferta de novas bolsas e abertura do prazo para análise da documentação de elegibilidade do estudante ao Programa de Bolsa Permanência - PBP, para estudantes indígenas e quilombolas, matriculados em cursos de graduação presencial ofertados por Instituições Federais de Ensino Superior - Ifes.

PORTARIA MIDR Nº 3.657, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2023. Reconhece a situação de emergência nas áreas descritas no Formulário de Informações do Desastre - FIDE.

PORTARIA MIDR Nº 3.660, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2023. Reconhece a situação de emergência nas áreas descritas no Formulário de Informações do Desastre - FIDE.

NORMAS FEDERAIS



PORTARIA GM/MS Nº 2.018, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2023. Institui Grupo de Trabalho, no âmbito do Ministério da Saúde, com a finalidade de elaborar proposta de programa de biomonitoramento humano de substâncias químicas do Brasil.

PORTARIA MDS Nº 147, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2023. Estabelece limites financeiros, prazos e requisitos para execução da modalidade Compra com Doação Simultânea-Termo de Adesão do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

PORTARIA ICMBIO Nº 4.035, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2023. Dispõe sobre a revogação e sobre a suspensão da eficácia de atos administrativos que aprovaram Planos de Manejo Florestal Sustentável - PMFS Comunitários em áreas no interior da Reserva Extrativista Verde para Sempre.

PORTARIA Nº 2.689/SNTEP/MME, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2023. Autorizar a Âmbar Comercializadora de Energia Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 31.627.849/0001-13, a importar energia elétrica interruptível da República Bolivariana da Venezuela.

PORTARIA ICMBIO Nº 3.963, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2023. Instituir Grupo de Trabalho - GT NGI para analisar, avaliar e propor ajustes à Política de Integração e Nucleação Gerencial - PINGe do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio.

PORTARIA NORMATIVA MF Nº 1.523, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2023. Regulamenta a compensação devida pela União aos Estados e Distrito Federal nos termos dos arts. 3º e 14 da Lei Complementar nº 194, de 23 de junho de 2022, as transferências de recursos aos Municípios em razão da redução das receitas do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e as transferências de recursos aos Estados e ao Distrito Federal em razão da redução das receitas do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE), nos termos da Lei Complementar nº 201, de 24 de outubro de 2023.

PORTARIA GM/MMA Nº 862, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2023. Submete a consulta pública a Estratégia Brasileira para a Etapa III do Programa Brasileiro de Eliminação dos HCFCs (PBH).

PORTARIA MCID Nº 1.536, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2023. Estabelece novo calendário para apresentação e análise de documentos e contratação de financiamento do Programa de Regularização Fundiária e Melhoria Habitacional.

PORTARIA SDA/MAPA Nº 957, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2023. Submete à Consulta Pública a proposta de Portaria que institui o vazio sanitário para a cultura do feijoeiro.

PORTARIA MIDR Nº 3.717, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2023. Estabelece a Estratégia Nacional de Bioeconomia e Desenvolvimento Regional Sustentável do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional.

NORMAS FEDERAIS



PORTARIA SDA/MAPA Nº 961, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2023. Submete à Consulta Pública a proposta de Portaria Conjunta MAPA, Ibama e Anvisa, que estabelece as diretrizes para os procedimentos de retrabalho, revalidação e reprocesso de produtos formulados, produtos técnicos e pré-misturas, previstos pelo Decreto nº 10.833/2021, que altera o Decreto nº 4.074/2002, conforme disposto no Art. 69-A.

PORTARIA MIDR Nº 3.729, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2023. Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Ponta de Pedras - PA, para execução de ações de Defesa Civil.

PORTARIA MIDR Nº 3.730, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2023. Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Santa Cruz do Arari - PA, para execução de ações de Defesa Civil.

PORTARIA MAPA Nº 632, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2023. Institui, no âmbito do Ministério da Agricultura e Pecuária, a Comissão de Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio.

PORTARIA MIDR Nº 3.726, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2023. Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Prainha - PA, para execução de ações de Defesa Civil.

PORTARIA MIDR Nº 3.727, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2023. Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Curuá - PA, para execução de ações de Defesa Civil.

PORTARIA MIDR Nº 3.739, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2023. Reconhece situação de emergência em municípios do Estado do Pará/PA.

PORTARIA MTE Nº 3.747, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2023. Institui a Mesa Nacional de Negociação. (Processo nº 19964.203605/2023-95)

PORTARIA SDA/MAPA Nº 967, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2023. Institui os Comitês Executivos do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA), os subcomitês associados aos Comitês Executivos instituídos por esta Portaria e institui as Conferências Nacionais do SUASA.

PORTARIA SECOM/PR Nº 13, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2023. Institui Grupo de Trabalho para elaboração de Guia para Uso Consciente de Telas e Dispositivos Digitais por Crianças e Adolescentes.

PORTARIA GM/MS Nº 2.168, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2023. Institui o Programa de Valorização da Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde - ValorizaGTES-SUS.

PORTARIA MDHC Nº 755, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2023. Institui o Programa Nacional de Fortalecimento das Casas de Acolhimento LGBTQIA+ - Programa Acolher+.

PORTARIA MDCHC Nº 756, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2023. Institui a Estratégia Nacional de Enfrentamento à Violência contra Pessoas LGBTQIA+.



NORMAS FEDERAIS

PORTARIA GM/MS Nº 2.198, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2023. Institui a Estratégia Antirracista para a Saúde no âmbito do Ministério da Saúde.

PORTARIA MJSP Nº 553, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2023. Dispõe sobre a prorrogação do emprego da Força Nacional de Segurança Pública em apoio à Fundação Nacional dos Povos Indígenas - Funai, na Terra Indígena Alto Rio Guamá, no Estado do Pará.

PORTARIA SPA/MAPA Nº 391, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2023. Altera as Portarias SPA/MAPA nº 311-324, de 20 de junho de 2023, publicadas no Diário Oficial da União de 22 de junho de 2023, seção 1, que aprovaram o Zoneamento Agrícola de Risco Climático - ZARC para a cultura do milho 2ª safra no Distrito Federal e nos estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Maranhão, Piauí, Acre, Pará, Rondônia, Tocantins, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná, respectivamente, ano-safra 2023/2024.

PORTARIA SPA/MAPA Nº 392, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2023. Altera as Portarias SPA/MAPA nº 325-337, de 20 de junho de 2023, publicadas no Diário Oficial da União de 22 de junho de 2023, seção 1, que aprovaram o Zoneamento Agrícola de Risco Climático - ZARC para a cultura do milho consorciado com braquiária - 2ª safra no Distrito Federal e nos estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Maranhão, Piauí, Acre, Pará, Tocantins, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná, respectivamente, ano-safra 2023/2024.

PORTARIA MESP Nº 87, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2023. Dispõe sobre o procedimento de concessão de bolsa no âmbito do Programa Bolsa-Atleta, categoria Atleta Pódio.

PORTARIA MIDR Nº 3.795, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2023. Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Placas-PA, para execução de ações de Defesa Civil.

PORTARIA MIDR Nº 3.801, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2023. Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de São Félix do Xingu-PA, para execução de ações de Defesa Civil.

PORTARIA MIDR Nº 3.803, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2023. Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Belterra-PA, para execução de ações de Defesa Civil.

PORTARIA MIDR Nº 3.805, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2023. Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Anajás-PA, para execução de ações de Defesa Civil.

PORTARIA MIDR Nº 3.806, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2023. Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Nova Ipixuna-PA, para execução de ações de Defesa Civil.

PORTARIA MIDR Nº 3.808, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2023. Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Monte Alegre-PA, para execução de ações de Defesa Civil.

PORTARIA MIDR Nº 3.809, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2023. Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Faro-PA, para execução de ações de Defesa Civil.

NORMAS FEDERAIS



PORTARIA MIDR Nº 3.811, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2023. Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Altamira-PA, para execução de ações de Defesa Civil.

PORTARIA MIDR Nº 3.812, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2023. Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Oriximiná-PA, para execução de ações de Defesa Civil.

PORTARIA MDHC Nº 762, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2023. Institui a Rede Nacional de Evidências em Direitos Humanos, no âmbito do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

PORTARIA MTE Nº 3.784, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2023. Altera a Portaria nº 671, de 8 de novembro de 2021, que regulamenta disposições relativas à legislação trabalhista, à inspeção do trabalho, às políticas públicas e às relações de trabalho. (Processo nº 19964.102827/2023-91).

PORTARIA GM/MS Nº 2.242, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2023. Institui a Sala Nacional de Arboviroses - SNA, no âmbito da Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente do Ministério da Saúde.

PORTARIA GM/MS Nº 2.259, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2023. Institui o Programa de Produção e Desenvolvimento Tecnológico para Populações e Doenças Negligenciadas - PPDN.

PORTARIA GM/MS Nº 2.260, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2023. Institui o Programa para Preparação em Vacinas, Soros e Hemoderivados - PPVACSH.

PORTARIA GM/MS Nº 2.261, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2023. Estabelece a Matriz de Desafios Produtivos e Tecnológicos em Saúde.

PORTARIA GM/MS Nº 2.262, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2023. Institui o Programa para Ampliação e Modernização de Infraestrutura do Complexo Econômico-Industrial da Saúde - PDCEIS.

PORTARIA GM/MS Nº 2.293, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2023. Habilita Estados e Municípios a receberem recursos financeiros emergenciais para o custeio da Atenção Especializada.

PORTARIA MDH Nº 766, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2023. Dispõe sobre a criação, composição, estruturação, competências e funcionamento do Comitê Nacional de Respeito à Liberdade Religiosa, no âmbito do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania.

PORTARIA MPI Nº 325, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2023. Institui Grupo de Trabalho para elaboração de proposta de Regimento Interno do Ministério dos Povos Indígenas.

PORTARIA MPI Nº 326, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2023. Institui o Comitê Ministerial de Governança do Ministério dos Povos Indígenas.



NORMAS FEDERAIS

PORTARIA MDS Nº 154, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2023. Estabelece metas, limites financeiros, prazos e requisitos para execução da modalidade Compra com Doação Simultânea, via Termo de Adesão.

PORTARIA NORMATIVA MF Nº 1572, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2023. Altera as Portarias Normativas MF nº 634, de 27 de junho de 2023, e MF nº 947, de 22 de agosto de 2023, para regulamentar o uso da plataforma digital do Programa Desenrola Brasil com conta no Portal gov.br.

PORTARIA ICMBIO Nº 4.176, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2023. Aprova o perfil de família beneficiária da Reserva Extrativista Verde para Sempre (processo nº 02121.001211/2019-37).

PORTARIA MJSP Nº 533, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2023. Institui a Rede Nacional de Recuperação de Ativos como programa de articulação institucional e define as regras para adesão de integrantes e para parcerias.

PORTARIA CONJUNTA STN/SOF Nº 23, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2023. Aprova a Parte I - Procedimentos Contábeis Orçamentários da 10ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

PORTARIA MDS Nº 155, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2023. Estabelece limites financeiros, prazos e requisitos para execução da modalidade Compra com Doação Simultânea- Termo de Adesão do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

PORTARIA MIDR Nº 3.844, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2023. Renovar o prazo de execução das ações de recuperação que autorizou a transferência de recursos ao Município de Eldorado dos Carajás - PA, para ações de Defesa Civil até 22/01/2024.

PORTARIA MDIC Nº 597, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2023. Aprova condições extraordinárias para a realização de atividades de avaliação da conformidade em países em situação de guerra.

PORTARIA CADE Nº 560, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2023. Dispõe sobre a estrutura de governança do Conselho Administrativo de Defesa Econômica.

PORTARIA SG/PR Nº 172, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2023. Institui o "Programa Estação Juventude", que dispõe sobre ações de fomento e desenvolvimento de ações que contribuam para a emancipação, promoção e garantia dos direitos da juventude brasileira.

PORTARIA MJSP Nº 559, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023. Dispõe sobre a prorrogação do emprego da Força Nacional de Segurança Pública, em apoio à Fundação Nacional dos Povos Indígenas, na Terra Indígena Parakanã, no Estado do Pará.

PORTARIA MJSP Nº 560, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023. Dispõe sobre a prorrogação do emprego da Força Nacional de Segurança Pública em apoio à Fundação Nacional dos Povos Indígenas, na Terra Indígena Ituna-Itatá, no Estado do Pará.

NORMAS FEDERAIS



136 ATOS ATOS NORMATIVOS FEDERAIS DE RELEVÂNCIA AMBIENTAL E DE INTERESSE DA SEMAS



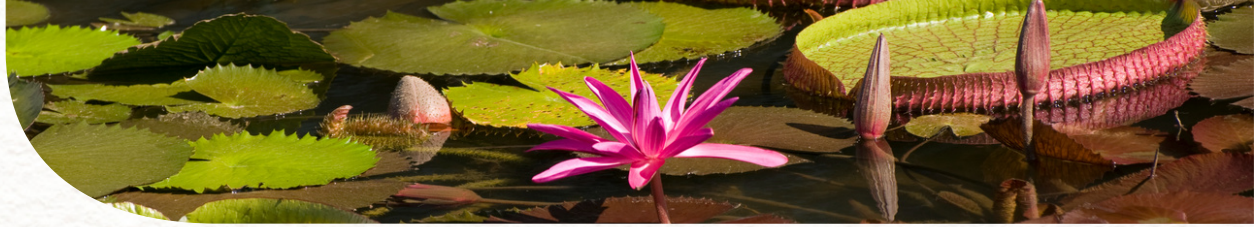
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade
Travessa Lomas Valentinas, nº 2717, CEP: 66093-677. Belém/Pará



MONITORAMENTO DE PUBLICAÇÕES DO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO

FONTE: HTTPS://WWW.IOEPA.COM.BR

NORMAS ESTADUAIS



LEI Nº 10.182, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2023. Declara como patrimônio cultural de natureza imaterial para o Estado do Pará, a Praia do Caripi.

LEI Nº 10.183, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2023. Institui, no âmbito do Estado do Pará, o Dia Estadual da Criança Traqueostomizada.

LEI Nº 10.184, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2023. Institui no calendário oficial de eventos do Estado do Pará, o Dia Estadual do Zootecnista.

LEI Nº 10.185, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2023. Dispõe sobre o Dia Estadual da Jovem Advocacia.

LEI Nº 10.189, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2023. Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Agrícola dos Produtores Rurais do Taperucu (ASAGPRORTA).

LEI Nº 10.190, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2023. Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Teia de Envolvimento Humano e Ambiental (TEHA).

LEI Nº 10.192, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2023. Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Pequenos Produtores Rurais e Pescadores Artesanais do Município de Muaná (APROPESCA).

LEI Nº 10.216, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2023. Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Instituto Brasileiro para o Desenvolvimento Social da Amazônia (IBRADESAM), do Município de Redenção.

LEI Nº 10.217, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2023. Autoriza o Poder Executivo a contratar operações de crédito interno junto a instituições financeiras nacionais.

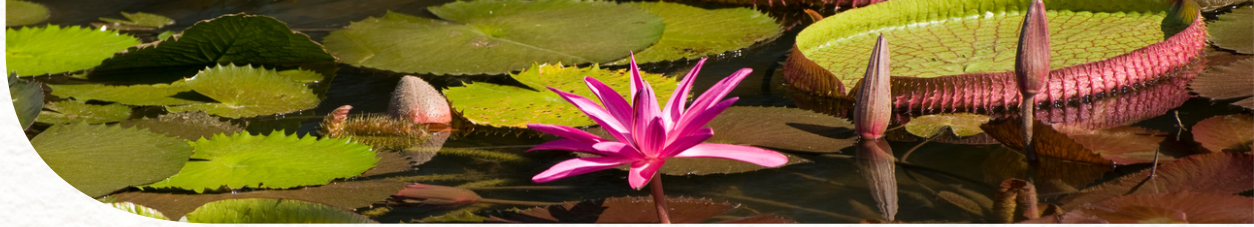
LEI Nº 10.219, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2023. Dispõe sobre a substituição do pictograma atual de sinalização indicativa representado por uma pessoa curvada de bengala, em vagas, assentos, filas e outros que realizem serviços prioritários à pessoa idosa no Estado do Pará.

LEI Nº 10.221, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2023. Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Apicultores de Cachoeira do Piriá ao Gurupi (ACPG).

LEI Nº 10.222, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2023. Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Conselho Indígena Tapajós e Arapiuns (CITA).

LEI Nº 10.223, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2023. Institui no calendário oficial de eventos do Estado do Pará, o Dia Estadual do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD).

NORMAS ESTADUAIS



LEI Nº 10.224, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2023. Institui no calendário oficial de eventos do Estado do Pará, o Dia Estadual dos Aquicultores e Aquicultoras.

LEI Nº 10.225, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2023. Institui o Dia Estadual do Farmacêutico no Estado do Pará.

LEI Nº 10.258, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2023. Autoriza a constituição da Companhia de Ativos Ambientais e Participações do Pará S.A. (CAAPP).

LEI Nº 10.259, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2023. Institui a Unidade de Recuperação da Vegetação Nativa no Estado do Pará.

LEI Nº 10.228, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2023. Dispõe sobre a proibição de fabricação, venda e comercialização de armas de fogo e armas branca de brinquedo, no âmbito do Estado do Pará.

LEI Nº 10.231, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2023. Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Produtores e Pescadores Agroextrativistas do Baixo Rio Jacundá.

LEI Nº 10.235, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2023. Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Trabalhadores (as) Rurais João Canuto

LEI Nº 10.240, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2023. Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação de Professores Projetistas e Pesquisadores para o Progresso Sustentável da Amazônia (ASPA).

LEI Nº 10.243, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2023. Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Instituto de Desenvolvimento da Amazônia (IDEA).

LEI Nº 10.246, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2023. Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Instituto de Navegação e Sustentabilidade da Amazônia, no Município de Belém.

LEI Nº 10.247, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2023. Institui a Semana de Incentivo à Adoção Tardia no Estado do Pará.

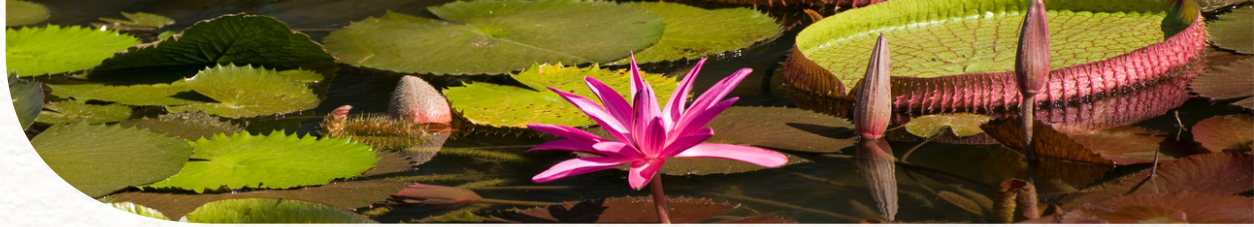
LEI Nº 10.249, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2023. Institui o Dia Estadual das Bandas, Orquestras e Fanfarras do Estado do Pará

LEI Nº 10.250, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2023. Institui no calendário oficial de eventos do Estado do Pará, o Dia Estadual do Orgulho Autista.

LEI Nº 10.251, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2023. Dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 9.361, de 1º de dezembro de 2021, que Institui a Semana Estadual de Incentivo à Participação da Mulher no Processo Eleitoral.

LEI Nº 10.252, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2023. Institui a Semana da Energia e Cidadania no Estado do Pará.

NORMAS ESTADUAIS



LEI Nº 10.261, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023. Dispõe sobre a garantia às mulheres vítimas de violência doméstica a prioridade no atendimento de todos os programas sociais ofertados pelo Governo do Estado do Pará.

LEI Nº 10.264, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023. Declara como patrimônio cultural de natureza imaterial do Estado do Pará, o Manejo Sustentável do Pirarucu nas áreas de várzeas do Município de Santarém, no Baixo Amazonas.

LEI Nº 10.268, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023. Institui no calendário oficial de eventos do Estado do Pará, o Dia Estadual do Ribeirinho.

LEI Nº 10.270, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023. Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Pescadores Artesanais, Agricultores Familiares e Povos Tradicionais de Chipaiá (AGROPESC).

LEI Nº 10.277, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023. Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Quilombola e Extrativista da Comunidade Vila de Joana Peres (AQUIPE).

LEI Nº 10.278, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023. Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Instituto Agro-Ambiental e Econômico Solidário de Limoeiro do Ajuru (IAESOL)

LEI Nº 10.282, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023. Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar Esperança Vive (ASSTAFEV).

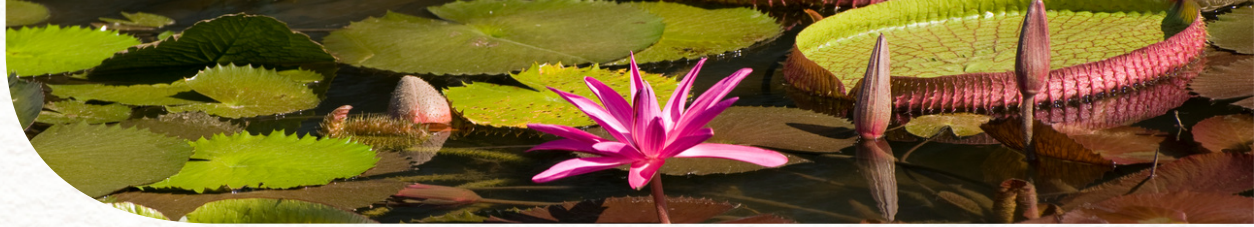
LEI Nº 10.287, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023. Altera a Lei Estadual nº 4.491, de 28 de novembro de 1973, que institui novos valores de remuneração dos Policiais Militares e a Lei Estadual nº 5.810, de 21 de janeiro de 1994, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas do Estado do Pará.

LEI Nº 10.288, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023. Altera a Lei Estadual nº 6.017, de 30 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA).

LEI Nº 10.289, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023. Altera a Lei Estadual nº 9.312, de 17 de setembro de 2021, que instituiu o Fundo Garantidor do Pequeno Produtor Rural e da Indústria para Bioeconomia (FGPPIB).

LEI Nº 10.290, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023. Institui a responsabilização daqueles que praticarem atos racistas e de ódio em eventos públicos no Estado do Pará.

NORMAS ESTADUAIS



DECRETO Nº 3.455, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2023*. Declara Situação de Emergência nas áreas dos Municípios afetados por estiagem (COBRADE 1.4.1.1.0).

DECRETO Nº 3.527, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2023. Regulamenta a Lei Estadual nº 10.167, de 20 de novembro de 2023, que institui o Projeto Valoriza Territórios Sustentáveis (Valoriza TS), no âmbito do Programa de Atuação Integrada para Territórios Sustentáveis do Estado do Pará, e cria o Fundo de Subvenção do Projeto Valoriza Territórios Sustentáveis (Fundo – Valoriza TS), e cria o Comitê Deliberativo do Projeto Valoriza TS.

DECRETO Nº 3.532, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2023. Dispõe sobre a retenção na fonte do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza referente aos pagamentos efetuados à pessoa física ou jurídica pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras de engenharia, pelos órgãos, fundos, autarquias e fundações da Administração Pública Estadual.

DECRETO Nº 3.533, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2023. Institui o Programa de Integridade e Desenvolvimento da Cadeia Produtiva da Pecuária de Bovídeos Paraenses e cria o Sistema Oficial de Rastreabilidade Bovídea Individual do Pará (SRBIPA).

DECRETO Nº 3.550, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2023. Altera dispositivos do Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (RICMS), aprovado pelo Decreto nº 4.676, de 18 de junho de 2001.

DECRETO Nº 3.552, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2023. Institui o Plano Estadual de Recuperação da Vegetação Nativa do Pará (PRVN-PA).

DECRETO Nº 3.574, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2023. Altera o Decreto Estadual nº 1.942, de 21 de outubro de 2021, que regulamenta o § 5º do art. 9º da Lei Estadual nº 9.048, de 29 de abril de 2020, que dispõe sobre o Comitê Gestor do Sistema Estadual sobre Mudanças Climáticas (COGES-Clima); e revoga o Decreto Estadual nº 2.281, de 6 de abril de 2022.

DECRETO Nº 3.576, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2023. Institui a Condecoração "EGYDIO MACHADO SALLES FILHO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS".

DECRETO Nº 3.577, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2023. Dispõe sobre a concessão de desconto pela antecipação do pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores e dá outras providências.

INSTRUÇÃO NORMATIVA IASEP Nº 01 , DE 24 DE NOVEMBRO DE 2023. Disciplina o Censo Previdenciário 2024 dos segurados inativos e pensionistas civis e militares, inclusive relacionado aos Poderes, no âmbito do Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado do Pará – IGEPPS.

NORMAS ESTADUAIS



INSTRUÇÃO NORMATIVA CGE Nº 03, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2023. Estabelece o cronograma e os procedimentos a serem observados pelos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual para solicitação de Relatório e Parecer do Órgão Central do Sistema de Controle Interno, referentes à Prestação de Contas Anual de Gestão do exercício de 2023.

PORTARIA Nº 022/2023 – GS/SEDEME, de 22 de novembro de 2023. Conselho Deliberativo do Fundo para o Desenvolvimento Sustentável da Base Produtiva do Estado do Pará- Crédito do Produtor- CDCP/PA. RESOLUÇÃO Nº 01/2023, de 21 de novembro de 2023 – CDCP/PA. Aprova a alteração de membros titulares e suplentes do Conselho Delibe□rativo e do Comitê Técnico Executivo do Fundo para o Desenvolvimento Sustentável da Base Produtiva do Estado do Pará – Crédito do Produtor – CDCP/PA.

PORTARIA Nº 2930/2023 - GAB/SEMAS. Fica instituída a Comissão Especial de Avaliação de Desempenho (CESAD), no âmbito da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS).

PORTARIA Nº 3084/2023 – GAB/SEMAS, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2023. Institui e nomeia os membros da Comissão de Inventário e Avaliação de Bens Móveis e de Bens de Consumo da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (CIAB/SEMAS).

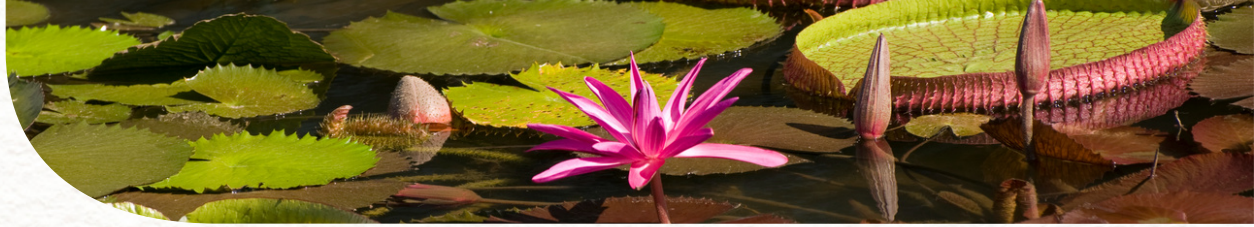
PORTARIA SEFA Nº 919, 29 DE NOVEMBRO DE 2023. Divulgar a Execução Orçamentária do Governo do Estado do Pará, realizada e registrada no SIAFE pelos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, relativa ao 5º bimestre de 2023 (setembro/outubro), período de referência janeiro a outubro.

PORTARIA IDEFLOR-Bio nº 997 de 29 de novembro de 2023. Nomear, por dois anos, renovável por igual período, os membros do Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental (APA) "Lago de Tucuruí", conforme Assembleia Geral, realizada no dia 08 de dezembro de 2023 ficando deliberada a renovação do mandado das entidades, de acordo com o Art. 17. do Regimento Interno.

PORTARIA IDEFLOR-Bio nº 998 de 29 de novembro de 2023. Nomear, por dois anos, renovável por igual período, os membros do Conselho Gestor da Reserva de Desenvolvimento Sustentável RDS Alcobaça, conforme Assembleia Geral, realizada no dia 08 de dezembro de 2023 ficando deliberada a renovação do mandado das entidades, de acordo com o Art. 14. do Regimento Interno.

PORTARIA IDEFLOR-Bio nº 999 de 29 de novembro de 2023. Nomear, por dois anos, renovável por igual período, os membros do Conselho Gestor da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Pucuruí-Ararão, conforme Assembleia Geral, realizada no dia 08 de dezembro de 2023 ficando deliberada a renovação do mandado das entidades, de acordo com o Art. 17. do Regimento Interno.

NORMAS ESTADUAIS



PORTARIA IDEFLOR-Bio nº 1000 de 29 de novembro de 2023. Nomear, por dois anos, renovável por igual período, os membros do Conselho Gestor do Mosaico Lago de Tucuruí, conforme Assembleia Geral, realizada no dia 08 de dezembro de 2023, ficando deliberada a renovação do mandado das entidades, de acordo com o Art. 17. Do Regimento Interno.

PORTARIA IDEFLOR-Bio Nº. 1016 de 30 de novembro de 2023. Dispõe sobre Criação da Comissão de Acompanhamento de Estudos de Impacto Ambiental - EIA da Avenida Liberdade.

PORTARIA CONJUNTA Nº 002/2023-CGE/ OGE/ SEMU/ SEPLAD/ SEASTER/ SEJU/ SEPI/ SEIRDH, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2023. Constitui Grupo de Trabalho para estudo e elaboração de proposta de Política de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio e à Discriminação no âmbito da Administração Pública do Estado do Pará.

PORTARIA SEMAS Nº 3.093, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023. Homologa o Acordo de Pesca firmado pelas comunidades residentes nos Lagos Sapucuá e Paraná do Matapí, localizadas no município de Oriximiná, no estado do Pará.

61 ATOS NORMATIVOS DE RELEVÂNCIA AMBIENTAL E DE INTERESSE DA SEMAS





MONITORAMENTO DE PUBLICAÇÕES DO DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

FONTE:
HTTPS://SISTEMAS.BELEM.PA.GOV.BR/DIARIO/PAINEL

NORMAS MUNICIPAIS



LEI Nº 9.969 DE 20 DE NOVEMBRO DE 2023. Dispõe sobre a Criação da Coordenadoria Antirracista de Belém - COANT e altera a denominação do Conselho Municipal do Negro e da Negra para Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial - Conselho Municipal do Negro e da Negra, criado pela Lei n.º 8.355, de 04 de agosto de 2004, e dá outras providências".

RESOLUÇÃO ARBEL Nº. 003/2023. Regulamenta as condições gerais na prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário do município de Belém.

2 ATOS NORMATIVOS MUNICIPAIS DE RELEVÂNCIA AMBIENTAL E DE INTERESSE DA SEMAS

LEIS **01**

RESOLUÇÕES **01**

MONITORAMENTO LEGISLATIVO - NEL

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade
Travessa Lomas Valentinas, 2717, CEP: 66093-677. Belém/Pará

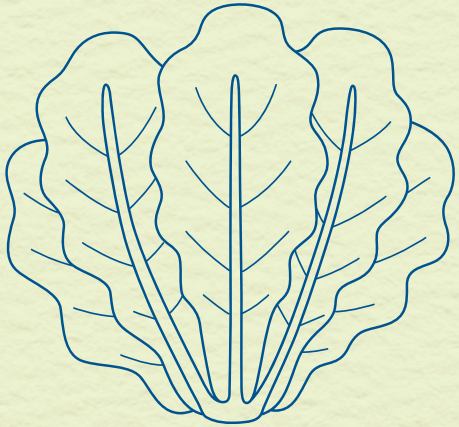
NORMA EM DESTAQUE

DECRETO Nº 3.552, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2023

Institui o Plano Estadual de Recuperação da Vegetação Nativa do Pará (PRVN-PA).

O QUE É O PLANO?

O Plano Estadual de Recuperação da Vegetação Nativa do Pará (PRVNPA) é instrumento de implementação do Programa Estadual de Recuperação da Vegetação Nativa, que tem como objetivo articular, integrar e promover projetos e ações indutoras da recuperação de florestas e demais formas de vegetação nativa, contribuindo com a redução das emissões líquidas por meio do sequestro de Gases de Efeito Estufa (GEE).



IMPLEMENTAÇÃO

O Plano Estadual de Recuperação da Vegetação Nativa do Pará (PRVNPA) será implementado de forma integrada e sistêmica, com a participação do poder público, setor privado, terceiro setor e instituições de pesquisa, e povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais, com o objetivo de garantir a efetividade das ações e a otimização dos resultados.

A Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS) disponibilizará o acesso livre e gratuito ao Plano Estadual de Recuperação da Vegetação Nativa do Pará (PRVN-PA), em seu sítio eletrônico oficial, como instrumento de transparência pública.

PARA CONFERIR A NORMA NA INTEGRA, CLIQUE AQUI

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade
Travessa Lomas Valentinas, 2717, CEP: 66093-677. Belém/Pará

NORMA EM DESTAQUE

RESOLUÇÃO CONSIPAM Nº II, DE 1º DE JUNHO DE 2023

Dispõe sobre o funcionamento do Sistema de Proteção da Amazônia - Sipam

O QUE É O SISTEMA?

O Sipam integra dados e ações com capacidade de gerar conhecimentos especializados sobre a Amazônia Legal, o mar territorial e a Zona Econômica Exclusiva.

SUA FINALIDADE

Integrar, avaliar e difundir informações para o planejamento e a coordenação de ações globais de governo com atuação na Amazônia, com vistas a potencializar o desenvolvimento sustentável da região.

OBJETIVOS DO SIPAM

DENTRE OS OBJETIVOS DO SIPAM, DESTACAM-SE:

- o controle de ilícitos ambientais;
- à proteção das Unidades de Conservação;
- ao monitoramento da ocupação e uso ilícito do solo;
- à proteção das reservas indígenas e áreas ocupadas por populações tradicionais;
- à defesa das áreas de fronteira;
- à proteção dos recursos minerais estratégicos;
- à implantação e implementação de programas de saúde, de educação e de inclusão social para as populações amazônicas; e
- geração e integração de dados de inteligência, no âmbito do SISBIN, voltados à proteção dos ativos ambientais, em especial, das florestas públicas.
- geração e integração de dados de inteligência, no âmbito do SISBIN, voltados à proteção dos ativos ambientais, em especial, das florestas públicas.apoiar e contribuir com a União para a promoção do monitoramento do mar territorial, da Zona Econômica Exclusiva e outras áreas consideradas de interesse;
- observar e divulgar as condições meteorológicas;
- auxiliar o trabalho da Defesa Civil; e
- apoiar a repressão aos ilícitos em sua área de atuação, incluindo os ilícitos ambientais, em especial a exploração irregular dos recursos naturais, o contrabando, o narcotráfico, entre outros.

PARA CONFERIR A NORMA NA INTEGRA, CLIQUE AQUI

A operacionalização do Sipam está a cargo do Ministério da Defesa, por meio do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - Censipam.

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade
Travessa Lomas Valentinas, 2717, CEP: 66093-677. Belém/Pará

NORMA EM DESTAQUE

DECRETO Nº 11.815, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2023

Institui o Programa Nacional de Conversão de Pastagens Degradadas em Sistemas de Produção Agropecuários e Florestais Sustentáveis e o seu Comitê Gestor Interministerial.

FINALIDADE

Promover e coordenar políticas públicas destinadas à conversão de pastagens degradadas em sistemas de produção agropecuários e florestais sustentáveis, com vistas ao fomento de boas práticas agropecuárias que levem à captura de carbono em nível superior ao da pastagem degradada.



A implementação do PNCPD observará a cooperação entre órgãos e entidades da administração pública federal, estadual, distrital e municipal e a participação de organizações da sociedade civil nacionais e estrangeiras.

PARA CONFERIR A NORMA NA INTEGRA, CLIQUE AQUI

OBJETIVOS

DENTRE OS OBJETIVOS DO PNCPD, DESTACAM-SE:

I- promover a conversão de pastagens degradadas em sistemas de produção agropecuários e florestais sustentáveis;

II- contribuir para o cumprimento das metas de recuperação de pastagens degradadas, de redução do desmatamento e de recuperação da vegetação nativa previstas nos compromissos internacionais assumidos pelo Governo da República Federativa do Brasil e nos seguintes Planos e Políticas:

a) Plano Setorial para Adaptação à Mudança do Clima e Baixa Emissão de Carbono na Agropecuária, com vistas ao Desenvolvimento Sustentável (2020-2030) - Plano ABC+;

b) Política Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa;

c) Planos de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento desenvolvidos ou em desenvolvimento para os biomas Amazônia, Cerrado, Mata Atlântica, Caatinga, Pampa e Pantanal;

d) Política Nacional da Biodiversidade; e

e) Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca.

III - incentivar as instituições financeiras e o mercado de capitais a viabilizar soluções financeiras para a implementação e a sustentabilidade do PNCPD e a descarbonização e o aumento da sustentabilidade social e ambiental da atividade agropecuária dos produtores rurais em seu portfólio de clientes, com a priorização de empreendimentos do agronegócio que invistam em tecnologia, utilizem boas práticas agropecuárias sustentáveis, implementem a recuperação ambiental e contribuam para a segurança alimentar e o aumento da resiliência climática.

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade
Travessa Lomas Valentinas, 2717, CEP: 66093-677. Belém/Pará

NORMA EM DESTAQUE

LEI Nº 10.259, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2023

Institui a Unidade de Recuperação da Vegetação Nativa no Estado do Pará.

OBJETIVOS

I - recuperação da vegetação nativa, da biodiversidade, da fauna e da flora local;
II - impedir a degradação e invasão de terras públicas; e
III - contribuir para a mitigação dos efeitos das mudanças climáticas e redução das emissões de gases do efeito estufa.

CRIAÇÃO

Será elaborado um estudo técnico preliminar e adotados os procedimentos administrativos estabelecidos pelo órgão gestor, que deve indicar:
I - os limites da área;
II - os povos e comunidades tradicionais, as populações residentes e as populações usuárias, quando houver; e
III - as formas de uso prioritárias.

No caso de existência de populações tradicionais e residentes, estas devem ser ouvidas, por meio de consulta prévia, livre e informada, e incluídas no processo de estudo técnico, como garantia da informação, sensibilização e conscientização.

CONSULTA PRÉVIA, LIVRE E INFORMADA

É possível realizar uma consulta pública no processo de criação da Unidade de Recuperação da Vegetação Nativa para fornecer informações claras e acessíveis às partes interessadas.

Além disso, está presente na normativa:

- Plano de Recuperação e de Gestão da Unidade;
- Implementação de Estratégia Financeira;
- Concessão da Unidade de Recuperação da Vegetação Nativa; e
- Câmara de Concessão de Ativos Ambientais.

O Estado deve criar um plano de segurança para proteger a integridade das Unidades de Recuperação da Vegetação Nativa e continuar o processo de recuperação. Isso inclui medidas como uso de forças de segurança, combate a incêndios e desmatamento, formação de brigadistas e alocando recursos necessários para essa finalidade.

PARA CONFERIR A NORMA NA INTEGRA, CLIQUE AQUI

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade
Travessa Lomas Valentinas, 2717, CEP: 66093-677. Belém/Pará

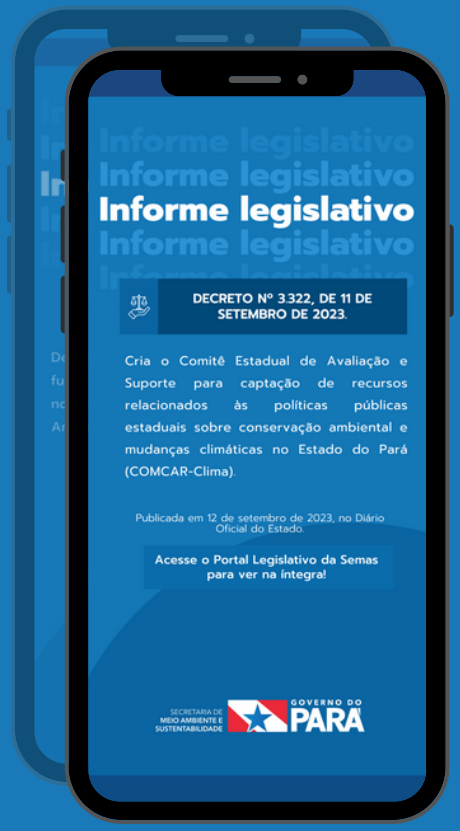


PRODUÇÕES DO NEL

PORTAL LEGISLATIVO DA SEMAS

INFORME LEGISLATIVO

Normas editadas pelo Núcleo de Estudos Legislativos da SEMAS e publicadas no Diário Oficial do Estado do Pará.



LEI Nº 10.259, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2023.

Institui a Unidade de Recuperação da Vegetação Nativa no Estado do Pará.

LEI Nº 10.258, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2023.

Autoriza a constituição da Companhia de Ativos Ambientais e Participações do Pará S.A. (CAAPP).

LEI Nº 10.289, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023.

Altera a Lei Estadual nº 9.312, de 17 de setembro de 2021, que instituiu o Fundo Garantidor do Pequeno Produtor Rural e da Indústria para Bioeconomia (FGPPIB).

DECRETO Nº 3.552, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2023.

Institui o Plano Estadual de Recuperação da Vegetação Nativa do Pará (PRVN-PA).

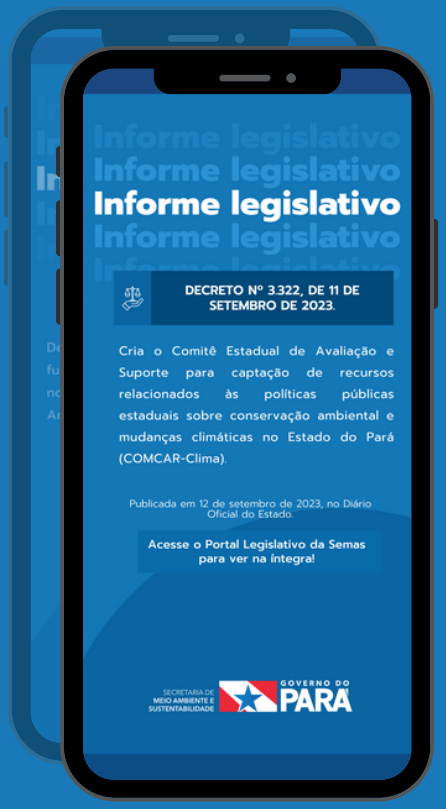
DECRETO Nº 3.574, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2023.

Altera o Decreto Estadual nº 1.942, de 21 de outubro de 2021, que regulamenta o § 5º do art. 9º da Lei Estadual nº 9.048, de 29 de abril de 2020, que dispõe sobre o Comitê Gestor do Sistema Estadual sobre Mudanças Climáticas (COGES-Clima); e revoga o Decreto Estadual nº 2.281, de 6 de abril de 2022.

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade
Travessa Lomas Valentinas, 2717, CEP: 66093-677. Belém/Pará

INFORME LEGISLATIVO

Normas editadas pelo Núcleo de Estudos Legislativos da SEMAS e publicadas no Diário Oficial do Estado do Pará.



DECRETO Nº 3.527, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2023.

Regulamenta a Lei Estadual nº 10.167, de 20 de novembro de 2023, que institui o Projeto Valoriza Territórios Sustentáveis (Valoriza TS), no âmbito do Programa de Atuação Integrada para Territórios Sustentáveis do Estado do Pará, e cria o Fundo de Subvenção do Projeto Valoriza Territórios Sustentáveis (Fundo – Valoriza TS), e cria o Comitê Deliberativo do Projeto Valoriza TS.

PORTARIA CONJUNTA SEMAS E IDEFLOR-BIO Nº 2.936, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2023.

Regulamenta a Lei Estadual nº 10.167, de 20 de novembro de 2023, que institui o Projeto Valoriza Territórios Sustentáveis (Valoriza TS), no âmbito do Programa de Atuação Integrada para Territórios Sustentáveis do Estado do Pará, e cria o Fundo de Subvenção do Projeto Valoriza Territórios Sustentáveis (Fundo – Valoriza TS), e cria o Comitê Deliberativo do Projeto Valoriza TS.

PORTARIA SEMAS Nº 3.093, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023.

Homologa o Acordo de Pesca firmado pelas comunidades residentes nos Lagos Sapucuá e Paraná do Matapí, localizadas no município de Oriximiná, no estado do Pará.

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade
Travessa Lomas Valentinas, 2717, CEP: 66093-677. Belém/Pará

FIQUE DE OLHO

Confira as dicas de cursos, palestras, seminários, dentre outros eventos de relevância no âmbito ambiental e administrativo.

CURSO DE DIREITO AMBIENTAL : ÁREAS DE PRESERVAÇÃO E RESERVA LEGAL



O CURSO É GRATUITO E PODE SER REALIZADO CLICANDO NO LINK AO LADO.

CLIQUE AQUI!

O curso de Direito Ambiental tem como objetivo capacitar o aluno a atuar na área de preservação e reserva legal. O programa do curso aborda temas como a legislação ambiental, o zoneamento ecológico-econômico, a gestão ambiental, a política nacional do meio ambiente, entre outros.

Ao longo do curso, o aluno terá a oportunidade de desenvolver habilidades para analisar e interpretar textos legais, bem como para elaborar pareceres e projetos técnicos. Além disso, o curso também abordará questões éticas e morais relacionadas à atuação profissional na área ambiental.

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade
Travessa Lomas Valentinas, 2717, CEP: 66093-677. Belém/Pará

ESTANTE VIRTUAL

Confira as indicações de livros, documentários, e-books, de interesse dos servidores da SEMAS e da sociedade em geral.



O DIREITO A GERIR FLORESTAS

Existem diversos instrumentos jurídico administrativos para a gestão florestal sustentável, e nesta obra verificamos e comparamos a legislação e os instrumentos existentes em Portugal e no Brasil, abordando de que modo a gestão florestal pode ser mais efetiva, e quais instrumentos poderiam ser mais e melhor utilizados em ambos os países.
Para tanto, é apresentada a importância estratégica das florestas para o planeta na nova era geológica do antropoceno, abordando as normas que buscam a proteção das florestas e contextualizando a importância do controle de atividades que ocorrem nelas, considerando a existência de atividades produtivas nesses locais, que demandam a sua gestão de forma sustentável.

Autor: Caio Brilhante Gomes.

ADQUIRA JÁ!

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade
Travessa Lomas Valentinas, 2717, CEP: 66093-677. Belém/Pará

SEMAS NA MÍDIA

Confira as principais notícias e destaques da atuação da SEMAS.

Semas apresenta na COP 28 políticas públicas ambientais do Governo do Pará

Política Estadual de Mudanças do Clima, Plano de Bioeconomia, pioneiro no Brasil, e Plano de Restauração estão as ações expostas pelo secretário Mauro O'de Almeida

Restauração produtiva, agricultura familiar, regularização ambiental e combate ao desmatamento. Esses temas dominaram a agenda da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas) neste domingo (10), na COP 28 (Conferência Mundial do Clima), em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos. O titular da Semas, Mauro O' de Almeida, participou de dois painéis no Pavilhão do Brasil, e apresentou o que o Estado vem implementando para a preservação ambiental e promoção da transição socioeconômica de baixo carbono.

Fonte: ASCOM/SEMAS



Mauro O' de Almeida destacou ainda o Plano de Recuperação da Vegetação Nativa como essencial para promover a restauração produtiva com agricultura regenerativa, "entendendo esse processo como chave para uma nova economia, combinado com o Plano de Bioeconomia e todas as políticas que a gente tem feito em termos de transformação digital".

Clique aqui e confira a materia na íntegra!

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade
Travessa Lomas Valentinas, 2717, CEP: 66093-677. Belém/Pará

SECRETARIA DE
MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

GOVERNO DO PARÁ

Visite nosso site:
www.semas.pa.gov.br

Dezembro Vermelho